

Grupo de Apoio ao
Adolescente e à
Criança com
Câncer (GRAACC)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros do
Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAACC) (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela



avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2018

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC SP-023228/O

Bruno Cesar Vieira da Silva
Contador CRC 1SP270337/O-1



GRAACC - Quadros
DFs 2017.xlsx

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (“GRAACC” ou “Entidade”) foi constituído em 4 de novembro de 1991, como uma Entidade de interesse social, sob a forma de Entidade Civil de direito privado, de caráter assistencial, beneficente, filantrópico, educacional e cultural, sem fins econômicos. O principal objetivo da Entidade é prestar assistência e tratamento a adolescentes e crianças portadoras de câncer, dando o necessário apoio às suas famílias, sem qualquer distinção quanto a sexo, raça, cor, religião ou condição econômica ou social dos beneficiários. Para alcançar seus fins e objetivos, o GRAACC desdobra suas atividades em vários setores no campo da assistência médica, do ensino e da pesquisa. Para tanto, utiliza instalações hospitalares, ambulatoriais ou outras, próprias ou de terceiros. A principal instalação da Entidade é o imóvel hospitalar denominado Hospital Graacc - Instituto de Oncologia Pediátrica (IOP), de sua propriedade, situado na Rua Pedro de Toledo, 572, São Paulo - SP, inaugurado em maio de 1998.

Os recursos são obtidos por meio de receitas decorrentes de atendimento médico (Sistema Único de Saúde - SUS), convênio médico e particular e da captação de subvenções provenientes do primeiro setor (governamental), de doações provenientes do segundo setor (empresarial de fins econômicos), do terceiro setor (organizações não governamentais) e de pessoas físicas. O GRAACC também arrecada fundos por meio da realização de eventos.

O GRAACC, por ser Entidade de interesse social, possui os seguintes certificados:

- Título de Utilidade Pública Estadual nº 50.679 de 31 de março de 2006
- Título de Utilidade Pública Municipal nº 36.776, de 16 de março de 1997.
- Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) nº 733/2012
- CEBAS - Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de saúde, portaria nº 1348 de 01/12/2014
- CMDCA - Conselho Mun. dos Direitos da Criança e do Adolescente nº 1083/04

Em 2007, o GRAACC inaugurou uma Casa de Apoio para hospedar crianças e adolescentes em tratamento no Instituto de Oncologia Pediátrica (IOP) e seus acompanhantes. O GRAACC firmou acordo com o Instituto Ronald McDonald para viabilização da assistência às crianças e aos adolescentes em tratamento de câncer, que tem sido renovado anualmente.

Para tanto, e a fim de atender ao referido acordo à área de atuação da Casa de Apoio, a diretoria do GRAACC promoveu a constituição, em 30 de agosto de 2006, de uma nova Entidade, denominada Entidade Casa da Família, cujo objetivo exclusivo será a administração da Casa de Apoio

O GRAACC é uma organização sem fins lucrativos, criado com a missão de garantir a crianças e adolescentes com câncer, dentro do mais avançado padrão científico, o direito de alcançar todas as chances de cura com qualidade de vida. Para alcançar este objetivo construiu e mantém um hospital, referência no tratamento da doença, que atende pacientes de todo o Brasil, garantindo uma assistência de qualidade e humana, com altas taxas de cura. O GRAACC atua também no desenvolvimento de pesquisas e na capacitação de profissionais especializados, o que permite a disseminação de conhecimento. Em 2017, o GRAACC atendeu 3.724 crianças e adolescentes, sendo 406 novos casos, e realizou 35.962 consultas médicas, 19.091 aplicações de quimioterapia, 2.181 procedimentos cirúrgicos, 70 Transplantes de Medula Óssea, entre outros procedimentos.

Em 2017 o Hospital do GRAACC recebeu a certificação hospitalar da Joint Commission International (JCI). Uma auditoria externa norte-americana avaliou a excelência dos serviços prestados no hospital e julgou que a instituição adota medidas de segurança de padrão internacional no tratamento dos pacientes. A acreditação hospitalar, além de confirmar a qualidade dos profissionais e da infraestrutura, também reforça o modelo de gestão corporativa. O GRAACC ainda conquistou mais dois reconhecimentos. Os colaboradores avaliaram as práticas de gestão, como credibilidade, respeito e ambiente de trabalho, e o resultado foi a entrada da instituição para o ranking das Melhores Empresas para Trabalhar – Great Place to Work – na categoria Saúde – Hospitais, em 2018 o Graacc entrou pela segunda vez no ranking. Já da sociedade veio a homenagem com o prêmio de melhor ONG na área da Saúde para se doar, que reconhece instituições que prezam pela transparência e pela eficiência na gestão das doações.

Em 2018, o GRAACC atendeu 4.241 crianças e adolescentes, sendo 528 novos casos, e realizou 38.721 consultas médicas, 19.698 aplicações de quimioterapia, 2.222 procedimentos cirúrgicos, 69 Transplantes de Medula Óssea, entre outros procedimentos.

O ano de 2018, foi marcado com o início da realização de pesquisas genéticas no GRAACC, que analisarão as mutações mais frequentes em 500 pacientes com tumores no sistema nervoso central, leucemias e retinoblastoma. Um passo muito importante para a realização de novos protocolos de tratamento.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal e Administração da Entidade em 15 de abril de 2018.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial:

- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado;

- ativo imobilizado recebido em doação mensurado ao valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 - provisão para crédito de liquidação duvidosas;
- Nota 12 - valor residual do ativo imobilizado; e
- Nota 15 - provisão para contingência.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Entidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
- Todos os instrumentos financeiros registrados ou divulgados pelo valor justo foram mensurados utilizando o método de avaliação do nível 2.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 23 - instrumentos financeiros.

6 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Contas a receber

O contas a receber são registradas pelo valor produzido junto a convênios e ao Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, tendo como base a etapa de execução dos serviços até a data-base do balanço, compreendendo parcelas já faturadas e outras pelos serviços prestados a faturar.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

b. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável e correspondem aos itens de materiais hospitalares, medicamentos e materiais de consumo para serem utilizados junto aos pacientes atendidos no hospital. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio, sendo avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. A Entidade possui procedimento para análise periódica do custo e do valor realizável líquido dos estoques, bem como realiza controle rotineiro da validade dos medicamentos excluindo e baixando-os do estoque.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso devido à sua obsolescência. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Custos subsequentes

Itens do custo de reposição de um componente do imobilizado são reconhecidos no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente são as seguintes, por quantidade de anos:

Edificações e construções	50 anos
Máquinas	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Instrumentos e aparelhos médicos	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamento de informática	5 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Entidade assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Entidade.

e. Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Entidade não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos.

f. Obrigações trabalhistas

Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

g. Benefícios a funcionários

A Entidade não possui planos de pensão ou obrigações pós aposentadoria.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente legal ou implica como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

i. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo seu custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

j. Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Entidade e quando possa ser mensurada de forma confiável.

(i) Doações

As doações recebidas pela Entidade em moeda corrente são reconhecidas no resultado do exercício no momento em que as contraprestações à essas doações são cumpridas pela Entidade.

(ii) Subvenção e convênios

O reconhecimento da receita é efetuado pelo regime de competência do exercício. Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a convênios e a crédito de gastos a incorrer em subvenção e convênios no passivo circulante e não circulante. A medida que os gastos incorrerem, no mesmo momento as receitas são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida ao débito do passivo de gastos a incorrer em subvenção e convênios.

(iii) Serviços hospitalares

Os serviços hospitalares concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecido de acordo com o regime de competência.

Os serviços hospitalares que se encontram em curso ou ainda não foram faturados aos convênios até o encerramento das demonstrações financeiras são avaliados e quantificados pela Administração, sendo reconhecidos pela contabilidade na data do encerramento das demonstrações financeiras.

k. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

l. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa

do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais dele em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se, e somente se, a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, , contas a receber de pacientes e convênios e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo.

Recursos vinculados a convênios

Recursos vinculados a convênios representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados no projeto para fazer frente às obrigações assumidas.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Entidade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras obrigações.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2018 e 2017 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de hedge.

7 Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a outras despesas também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade registrou o montante de R\$ 2.077 (R\$ 2.120 em 2017) de receitas com voluntários.

Exercício	Diretoria Estatutária	Coordenação Geral	Coordenação	Sub Coordenação	Operação	Total
2018	97	577	391	95	917	2.077
2017	186	574	372	94	894	2.120

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa - Fundo Fixo	5	5
Banco conta movimento	150	88
Aplicações financeiras	<u>21.967</u>	<u>5.815</u>
	<u><u>22.122</u></u>	<u><u>5.908</u></u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as principais aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) remuneradas a taxas que variam de 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDIs”), com liquidez imediata e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

9 Recursos vinculados a convênios

	2018	2017
Banco conta movimento	4.415	1.232
Aplicações financeiras	<u>26.358</u>	<u>32.720</u>
	<u><u>30.773</u></u>	<u><u>33.952</u></u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as principais aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) remuneradas a taxas que variam de 90% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDIs”), com liquidez imediata e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha. Os recursos vinculados a projetos referem-se substancialmente a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente em subvenções ou convênios. Vide nota 14.

10 Contas a receber

	2018	2017
SUS	2.858	2.952
Convênios e particulares	<u>7.963</u>	<u>9.502</u>
	10.791	12.454
Provisão de glosas	<u>(1.823)</u>	<u>(3.189)</u>
	<u><u>8.968</u></u>	<u><u>9.265</u></u>

A exposição da Entidade a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à créditos a receber e a outras contas são divulgadas na Nota Explicativa 23. O aging list dos créditos a receber da Entidade está demonstrado a seguir:

	2018	2017
A vencer	7.737	8.180
Vencidos até 30 dias	693	750
Vencidos de 31 a 90 dias	692	486
Vencidos de 90 a 360 dias	<u>1.669</u>	<u>3.038</u>
Total	<u><u>10.791</u></u>	<u><u>12.454</u></u>

A movimentação do saldo de provisão para glosas está demonstrada a seguir:

Saldo Em 31 de dezembro de 2016	<u>(2.494)</u>
Reversão de provisão	1.120
Constituição de provisão	<u>(1.815)</u>
Saldo Em 31 de dezembro de 2017	(3.189)
Reversão de provisão	3.370
Constituição de provisão	<u>(2.004)</u>
Saldo Em 31 de dezembro de 2018	<u><u>(1.823)</u></u>

11 Estoques

	2018	2017
Materiais hospitalares	2.073	1.830
Medicamentos	<u>1.362</u>	<u>1.646</u>
	<u><u>3.435</u></u>	<u><u>3.476</u></u>

12 Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado de 2017 e 2018 está demonstrada a seguir:

	2017	Aquisições e doações	Baixas	Transferências	2018
Terrenos	5.260	-	-	-	5.260
Edifícios e construções	38.992	-	-	197	39.189
Máquinas e equipamentos	25.378	500	(40)	(190)	25.648
Móveis e utensílios	4.349	149	(12)	415	4.901
Instrumentos e aparelhos médicos	20.587	555	(116)	34	21.060
Instalações	713	161	-	2.145	3.019
Equipamentos informática	3.658	136	(16)	209	3.987
Benfeitorias em propriedades de terceiros	4.088	-	-	-	4.088
Outros	<u>1.659</u>	<u>126</u>	<u>-</u>	<u>71</u>	<u>1.856</u>
Subtotal de ativos em operação	<u>104.684</u>	<u>1.627</u>	<u>(184)</u>	<u>2.881</u>	<u>109.008</u>
Construções em andamento	2.592	4.061	(17)	(2.688)	3.948
Imobilizações em andamento	<u>1.692</u>	<u>645</u>	<u>(249)</u>	<u>(193)</u>	<u>1.895</u>
Total do custo	<u><u>108.968</u></u>	<u><u>6.333</u></u>	<u><u>(450)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>114.851</u></u>
	2017	Adições	Baixas	Transferência	2018
Edifícios e construções	(9.044)	(1.105)	-	-	(10.149)
Máquinas e equipamentos	(6.550)	(2.407)	20	8	(8.929)
Móveis e utensílios	(1.751)	(390)	12	(8)	(2.137)
Instrumentos e aparelhos médicos	(12.477)	(1.162)	97	-	(13.542)
Instalações	(503)	(205)	-	-	(708)
Equipamentos de informática	(2.284)	(462)	7	-	(2.739)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(3.180)	(630)	-	-	(3.810)
Outros	<u>(1.236)</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.241)</u>
Total da depreciação	<u><u>(37.025)</u></u>	<u><u>(6.366)</u></u>	<u><u>136</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(43.255)</u></u>
Imobilizado líquido	<u><u>71.943</u></u>	<u><u>(33)</u></u>	<u><u>(134)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>71.596</u></u>

	2016	Aquisições e doações	Baixas	Transferências	2017
Terrenos	5.260	-	-	-	5.260
Edifícios e construções	36.205	-	(24)	2.811	38.992
Máquinas e equipamentos	20.002	3.298	-	2.078	25.378
Móveis e utensílios	3.909	291	(9)	158	4.349
Veículos	80	-	(80)	-	-
Instrumentos e aparelhos médicos	18.099	1.694	(6)	800	20.587
Instalações	656	35	-	22	713
Equipamentos informática	3.505	160	(155)	148	3.658
Benfeitorias em propriedades de terceiros	4.088	-	-	-	4.088
Outros	1.644	15	-	-	1.659
Subtotal de ativos em operação	93.448	5.493	(274)	6.017	104.684
Construções em andamento	2.763	2.662	-	(2.833)	2.592
Imobilizações em andamento	1.432	3.444	-	(3.184)	1.692
Total do custo	97.643	11.599	(274)	-	108.968
	2016	Adições	Baixas	Transferência	2017
Edifícios e construções	(7.534)	(1.520)	10	-	(9.044)
Máquinas e equipamentos	(4.355)	(2.195)	-	-	(6.550)
Móveis e utensílios	(1.440)	(316)	5	-	(1.751)
Veículos	(26)	(20)	46	-	-
Instrumentos e aparelhos médicos	(11.067)	(1.410)	-	-	(12.477)
Instalações	(477)	(26)	-	-	(503)
Equipamentos de informática	(2.022)	(453)	191	-	(2.284)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(2.527)	(653)	-	-	(3.180)
Outros	(1.236)	-	-	-	(1.236)
Total da depreciação	(30.684)	(6.593)	252	-	(37.025)
Imobilizado líquido	66.959	4.745	(22)	-	71.943

13 Salários e encargos sociais

	2018	2017
Provisão para férias e encargos	5.025	4.549
Salários a pagar	2.462	2.618
FGTS a pagar	420	398
INSS a pagar	250	244
Outros	3	9
	8.160	7.818

14 Subvenção e convênios

	2018	2017
Subvenções e convênios (a)	31.078	33.742
Terreno (b)	4.447	4.447
Diferidas edificações e reformas (c)	7.788	8.005
Diferidas máquinas e equipamentos (c)	17.924	17.730
	61.247	63.924
Subvenções Passivo Circulante	33.920	36.325
Subvenções Passivo não Circulante	27.317	27.599

- (a) Subvenções e convênio referem-se a recursos obtidos de terceiros para a realização de objetivos de interesse comum. Os recursos recebidos e não empregados estão apresentados no ativo circulante, na rubrica de recursos vinculados a projetos (nota 9). Abaixo demonstramos os principais convênios e o mapa de movimentação entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018:

Descrição	2017	Recursos Recebidos	Outros	Consumo	Aquisição de equipamentos	Devolução	2018
Pronon	21.428	7	1.156	(2.182)	-	(4.026)	16.383
FNS	3.793	3.024	124	(48)	(924)	(1.327)	4.642
Mc Dia	5.767	5.615	247	(7.224)	-	-	4.405
Emenda Parlamentar	0	3.355	1	(47)	-	-	3.309
Fumcad	1.315	10.006	96	(8.855)	(898)	-	1.664
Corrida e Caminha	487	0	9	(242)	-	-	254
Espaço da Família	353	0	(140)	(25)	-	-	188
Pronac	0	819	9	(725)	-	-	103
FID	599	0	18	(547)	-	-	70
Outros	0	755	10	(50)	(655)	-	60
Total	33.742	23.581	1.530	(19.945)	(2.477)	(5.353)	31.078

- (b) Em 2010, a Entidade recebeu em doação da Prefeitura Municipal de São Paulo um terreno no valor justo total de R\$ 4.447 sendo condicionada a edificação no local de instalações destinadas à prestação de assistência e tratamento a adolescentes e crianças portadoras de câncer.
- (c) Referem-se aos recursos de convênios utilizados na construção e reforma, bem como aquisições de ativos imobilizado. No momento em que os recursos de convênios são utilizados para aquisição de ativos, o valor é reclassificado da conta de Subvenções e convênios para a conta de Receitas diferidas. A receita diferida é realizada em contrapartida ao resultado do exercício na mesma proporção dos ativos, de acordo com a vida útil.

15 Provisões para contingências

Processos em andamento com probabilidade de perda prováveis

A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, de aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações em curso.

A movimentação das contingências de natureza trabalhista é apresentada a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2017	167	<u>167</u>
Adições	-	
Baixas	(7)	<u>(7)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	160	<u>160</u>
Adições	96	
Baixas	160	<u>160</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	96	<u>96</u>

Processos em andamento com probabilidade de perda possível

A Entidade possui contingências de natureza trabalhista, cível e tributária, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como possível no montante de R\$ 22.731 (R\$ 482 em 2017) e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

O aumento das causas possíveis em relação ao exercício anterior refere-se ao ato de infração de 05 de dezembro de 2018, em decorrência do Termo de Distribuição do Procedimento Fiscal nº 08.1.14.00-2017-00096-0, que fiscalizou o exercício fiscal de 2014, exigindo-se o recolhimento de contribuições para a seguridade social supostamente devidas pela Entidade no montante de R\$ 21.775. A Entidade e seus assessores jurídicos julgam entender que o processo possui um risco de perda possível em virtude da impropriedade do ato de infração em descaracterizar a Entidade como imune, portanto, nenhuma provisão foi constituída para esse processo.

16 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do GRAAC é constituído por bens e direitos adquiridos ou recebidos em doação e resultados líquidos de suas atividades.

No caso de extinção ou dissolução total do GRAACC, o respectivo patrimônio líquido será transferido para entidades de saúde e assistência social congênere, devidamente registrada no Ministério da Saúde, ou ainda, para entidade pública escolhida pela totalidade dos membros de seu Conselho de Administração que preencha todos os requisitos legais pertinentes. Conforme artigo 28 do Estatuto Social.

17 Receitas com serviços prestados

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta e as receitas apresentadas na demonstração de resultado:

	2018	2017
Receita com serviços prestados		
Prefeitura Municipal de São Paulo	16.651	15.296
Convênios/Planos de saúde	23.589	18.621
Ensino/pesquisas/outros	1.704	797
Receita gratuidades (nota 28)	786	-
Deduções e abatimentos - glosas	(2.004)	(1.815)
Gratuidades (nota 28)	(786)	-
	<u>39.940</u>	<u>32.899</u>

18 Receitas com captações de recursos

	2018	2017
Doações de pessoas físicas e jurídicas (a)	49.777	49.061
Outros eventos (b)	23.886	12.602
Eventos McDia Feliz (b)	7.224	5.689
Governmentais	12.722	12.868
Doação de bens e Materiais/amortiz rec. diferidas	3.113	3.425
	96.722	83.645

(a) Doações
No exercício de 2018, a Entidade recebeu doações em dinheiro no valor de R\$ 49.777 (R\$ 49.061 em 2017) de diversas pessoas físicas e jurídicas.

(b) Eventos
Os recursos decorrentes do evento anual “McDia Feliz” (renda obtida com a venda do “Big Mac” na cidade de São Paulo) são repassados como doação à Entidade. Adicionalmente, com o apoio de voluntários na venda de souvenirs, bem como de padrinhos e patrocinadores desta campanha, de acordo com o plano de trabalho firmado entre o Instituto Ronald McDonald e o GRAACC.

O GRAACC também obteve recursos líquidos no valor de R\$ 24.853 (R\$12.602 em 2017) por meio de outros eventos programados anualmente pela própria Entidade, bem como por iniciativa de empresas doadoras. Em 2018 os principais eventos foram: Doações PF/PJ R\$ 5.157, relacionamento institucional R\$ 7.249, investimento para obra R\$ 2.572, empresas investidoras R\$ 4.348 e outros R\$ 4.560.

19 Custos com serviços hospitalares

	2018	2017
Salários e encargos diretos e auxiliares	(46.172)	(43.727)
Medicamentos e materiais	(17.154)	(15.866)
Serviços profissionais	(13.525)	(12.698)
Custos hospitalares	(8.164)	(6.997)
Depreciação e amortização	(4.024)	(4.292)
Outros	(216)	(783)
	(89.255)	(84.363)

20 Custo com captação de recursos

	2018	2017
Salários e encargos	(6.451)	(6.434)
Custos operacionais	(14.881)	(13.551)
	(21.332)	(19.985)

Refere-se a despesas com pessoal e administrativa, tais como correios, energia elétrica, água, aluguel, etc. que estão relacionadas aos centros de custos responsáveis pela obtenção dos recursos de doações e eventos mencionados na nota explicativa nº 18.

21 Despesas administrativas

	2018	2017
Salários e encargos administrativos	(6.658)	(6.750)
Depreciação e amortização	(2.267)	(2.154)
Administração em geral	(1.932)	(1.458)
Outros	(130)	(227)
	<u>(10.987)</u>	<u>(10.589)</u>

22 Receitas financeiras, líquidas

	2018	2017
Rendimentos de aplicação financeira	682	439
Outras receitas financeiras	123	52
Receitas financeiras	<u>805</u>	<u>491</u>
Despesas com juros	(5)	(15)
Despesa com comissões e tarifas bancárias	(101)	(83)
Despesas financeiras	<u>(106)</u>	<u>(98)</u>
Receitas financeiras, líquidas	<u>699</u>	<u>393</u>

23 Instrumentos financeiros

A Entidade mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos onde, os resultados obtidos, são consistentes com as expectativas da Administração e as transações com instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado. A Entidade não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas associados a esses instrumentos. A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme demonstrado abaixo:

	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	8	22.122	5.908
Recursos vinculados a projetos	9	30.773	33.952
Créditos a receber	10	8.968	9.265
		<u>61.863</u>	<u>49.125</u>

Os saldos de créditos a receber de clientes está reduzido por provisão para créditos de liquidação

duvidosa em montantes que a Administração considera suficiente para cobrir eventuais perdas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

	Valor contábil	12 meses ou menos
31 de dezembro de 2018 passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	4.330	4.330
Outras obrigações	2.888	2.888
	7.218	7.218
31 de dezembro de 2017 passivos financeiros não derivativos		
Fornecedores	4.050	4.050
Outras obrigações	575	575
	4.625	4.625

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Entidade eram:

	2018	2017
Instrumento financeiro de taxa variável		
Aplicações financeiras recursos próprios	21.967	5.815
Aplicações financeiras recursos vinculados a projetos	26.358	32.719
	48.325	38.534

A Entidade mantém parcela substancial de suas aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas aplicações financeiras ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela Entidade e dos demais insumos utilizados no processo de prestação do serviço. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis.

Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o acordo coletivo da categoria.

Em relação a taxa de juros, a Administração considera que as variáveis de risco das taxas de juros, que são atreladas ao CDI e à TR, não apresentam tendência de oscilações relevantes e, portanto, não afetaria significativamente os valores contábeis dos instrumentos financeiros de taxa variável.

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros quando comparados aos valores contábeis apresentados na demonstração da posição financeira não apresentam variações.

24 Partes relacionadas e remuneração da administração

A Entidade não possui transações entre partes relacionadas e os membros do conselho de administração deliberativo não são remunerados.

25 Imunidade do imposto de renda e isenção das contribuições previdenciárias e sociais

O GRAACC é uma Entidade sem fins lucrativos, imune de recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias da Entidade, destacamos os seguintes: (a) contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - isenta do pagamento da contribuição patronal incidente sobre o montante da folha de pagamento; (b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - imune do recolhimento de 2% sobre os serviços prestados à pessoa jurídica e física (convênios e particulares); (c) Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doações (ITCMD) isenta nos termos do artigo 4º do Decreto nº 46.665/02 e Resolução conjunta SF/SJDC - 1º a 5º de dezembro de 2002; e (d) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - isenta sobre as receitas próprias de sua atividade social.

Com relação à COFINS, a Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que as instituições de educação e assistência social, de caráter filantrópico que preencham as condições e requisitos do artigo 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 2007 são isentas do recolhimento da COFINS o montante das receitas relativas às atividades próprias, de repasses e financeiras.

Consideram-se receitas derivadas das atividades próprias somente àquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (IN SRF nº 247, de 2002, artigo 47,

§ 2º).

Os recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista (IN SRF nº 247, de 2002, artigo 47, § 2º).

As receitas financeiras de acordo com o Decreto nº 5.442, de 2005, estão reduzidas à alíquota de 0% (zero) da COFINS.

26 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a

Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para o exercício de 31 dezembro de 2018 e 2017:

- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias
- ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza)
- Cota Patronal - INSS

27 Atendimento SUS

Em observância ao art. 4º da Lei Federal nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, aos art.19 e 20 do Decreto federal nº 7.237 de 20 de julho de 2010 e ao art. 24 da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, o número de atendimentos a pacientes do SUS foi superior ao limite mínimo estabelecido de 60% em relação ao total de atendimentos efetivados pela Entidade, como segue:

	2018		2017	
	Quantidade de atendimento	%	Quantidade de atendimento	%
Atendimentos ambulatoriais				
SUS	214.204	92%	206.906	95%
Convênios e particulares	17.570	8%	12.468	5%
	231.774	100%	219.374	100%
Internações hospitalares				
SUS	11.857	84%	11.493	86%
Convênios e particulares	2.276	16%	2.313	14%
	14.133	100%	13.806	100%

Conforme Art. 32 da portaria 1970/2011, o mínimo de 60% (sessenta por cento) de prestação de serviços ao SUS será apurado por cálculo percentual simples, com base no total de internações hospitalares, medidas por paciente-dia, e no total de atendimentos ambulatoriais realizados pela entidade para pacientes do SUS e não SUS.

28 Gratuidades

Em atendimento aos itens 13, 16 e 17 da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros e portaria do ministério da saúde nº 834 de 26 de abril de 2016, art. 23, a Entidade apresenta a seguir os valores, bem como o número de atendimentos concedidos à título de gratuidade para o exercício de 31 dezembro de 2018 :

Valorização das gratuidades concedidas em 2018

786

Natureza das gratuidades concedidas	Quantidade
Atendimento de urgência	663
Consulta de profissionais multi disciplinar	1.007
Consultas médicas	2.657

29 Seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais (incêndio, explosão, danos elétricos e outros riscos diversos era composto por uma cobertura no montante de R\$ 86.920 e seguro de responsabilidade civil no montante R\$ 50.000.

Sérgio Antônio Garcia Amoroso
Presidente

Jacinto Antonio Guidolin
Vice-Presidente

José Carlos De Oliveira
Superintendente Adm/Financ.

Edvaldo Fernandes de Souza
Contador CRC 1SP147480/O-6

Bruno Cesar Vieira da Silva
Contador CRC 1SP270337/O-1

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC SP-023228/O